

O que fica, com ou sem Oscar



» PATRÍCIA MACHADO
Pesquisadora e professora da PUC-Rio. Autora do livro Cinema de arquivo – imagens e memória da ditadura militar

Escrevo este texto antes da cerimônia do Oscar. Mais do que celebrar vencedores ou avaliar a dinâmica da premiação, interessa-me pensar no que já foi movimentado por *Ainda Estou Aqui* desde o momento em que sua indicação foi anunciada. Há momentos em que o cinema é visto como uma forma de transformar realidades, de agir diretamente sobre o presente e sobre a maneira como os espectadores enxergam o mundo. Podemos lembrar do chamado cinema militante dos anos 1960, assim como de Jean Luc Godard, em maio de 1968, segurando uma câmera sem película e mostrando que o ato de filmar era, em si, um ato político. Uma imagem bonita que, talvez, atribua ao cinema mais do que ele pode oferecer. Contudo, se um filme não muda o mundo por si só, ele certamente pode mudar percepções. Pode nos fazer ver o que antes passava despercebido. Pode deslocar narrativas consolidadas e reativar debates que pareciam adormecidos.

Nesse sentido, *Ainda Estou Aqui* não apenas conta uma história pública e conhecida no Brasil, mas ressignifica esse passado ao levá-lo para as telas, reunindo espectadores de diferentes idades e formações. Seu impacto não se limita às emoções que provoca: ao ganhar projeção, o filme amplia o debate sobre a ditadura militar e os silêncios que ela ainda impõe ao país. Com sua circulação, arquivos

antes esquecidos são revisitados, relatos de violência de Estado voltam a ocupar páginas de jornais e pautas televisivas. Há um movimento em cadeia, no qual uma obra artística reativa memórias e atualiza urgências.

Para além de pensar o cinema como catalisador de processos sociais e políticos, interessa entender a dinâmica, mais sutil, que diz respeito à maneira como os filmes atravessam o tempo. Quando uma obra como *Ainda Estou Aqui* conquista espaço no debate público, no Brasil e no mundo, não apenas recuperamos os acontecimentos que ela dramatiza, mas percebemos como eles seguem ecoando no presente. A questão da memória histórica é uma disputa contínua, e o cinema frequentemente se coloca como um agente dessa batalha.

O Oscar, com toda sua pompa e aparato midiático, muitas vezes é visto apenas como um espetáculo, um evento de celebração da indústria cinematográfica. No entanto, para além das estatuetas, a premiação também funciona como um campo de legitimação. A indicação de um filme brasileiro com essa temática coloca em circulação questões que, de outro modo, poderiam permanecer restritas a determinados círculos intelectuais. A premiação amplia o alcance, faz com que a história de Rubens e Eunice Paiva seja contada em jornais internacionais, discutida em programas de entrevistas e vista por públicos que talvez nunca tivessem entrado em contato com esse episódio da ditadura militar brasileira.

Com ou sem estatueta, *Ainda Estou Aqui* já nos presenteou com o protagonismo de Fernanda Torres. A corrida ao Oscar abriu os arquivos da nossa memória audiovisual, resgatando trechos de filmes, séries e entrevistas que evidenciam o talento versátil da atriz. Sua inteligência com malemolência, seu humor

afiado e sua capacidade de emocionar nos lembram, de alguma forma, de quem somos. Essa revisão de sua trajetória, impulsionada pela indicação, nos permite enxergar como seu trabalho se inscreve na cultura brasileira, como sua presença na tela se tornou, ao longo das décadas, parte do imaginário nacional.

A indicação ao prêmio também levou Fernanda a entrevistas em programas consagrados no exterior, onde sua simpatia ácida se mostrou crucial para apontar contradições incômodas. Em um momento em que o presidente dos Estados Unidos expulsa imigrantes e tensão as relações com o governo brasileiro, Fernanda trouxe à tona um detalhe que não deveria ser esquecido: a ditadura brasileira foi financiada pelos EUA, os mesmos que se autoproclamam defensores intransigentes da liberdade. Pequenos gestos como esse demonstram como um filme pode ser mais do que um filme. Pode ser um agente de memória. E a memória, sabemos bem, é um território em disputa.

A presença de *Ainda Estou Aqui* em uma premiação como o Oscar não é apenas um reconhecimento artístico, mas um lembrete de que a história ainda está sendo escrita. Quando um filme brasileiro sobre a ditadura circula no exterior, ele escancara o fato de que a construção da democracia no Brasil ainda é frágil, que há feridas abertas e que a impunidade dos crimes cometidos pelo Estado segue sendo uma questão latente. Como o cinema brasileiro demonstrou e tem demonstrado (é preciso conhecer a multiplicidade e força política desse cinema), os filmes podem nos fazer enxergar o que, de outra forma, poderíamos preferir ignorar. Saindo ou não vitorioso da noite do Oscar, *Ainda Estou Aqui* vem estimulando os debates.

Amor Zumbi: A Inteligência Artificial na jornada do luto



» FELIPE BUCHBINDER
Professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mestre em inteligência artificial e ciência de dados pela Duke University e Doutor em administração pela FGV

Em breve, poderemos conversar com os mortos e conhecer o grande amor da vida será tão simples quanto ligar o computador. Literalmente. É lá que nossos olhos saudosos e apaixonados contemplarão os bits empáticos de uma namorada que diz apenas o que queremos ouvir, ou os bits acolhedores de uma imagem que fala com a voz que há anos não nos chama pelo nome.

Tornar a vida humana menos desumana: essa é a promessa das inteligências artificiais empáticas. Diante da dor extrema da perda do outro — seja pela finitude da vida ou pela escassez do amor —, será possível recriar uma versão digital idêntica ao outro perdido, tudo por US\$ 20 por mês.

O preço a se pagar não são apenas os US\$ 20. Em 2023, tivemos o primeiro caso de suicídio por sugestão de uma IA. Em 2024, tivemos o segundo. Pode parecer improvável que uma pessoa se afieje a uma IA, mas todo o auditório suspirou de fofura quando a Disney apresentou um robô-coelho que, ainda aprendendo a andar de patins, caía e se levantava igual a um menino de verdade. A intenção da empresa foi dita de forma explícita: criar robôs capazes de estabelecer uma conexão emocional com pessoas.

É curioso pensar que podemos criar laços emocionais com objetos ou pessoas que nem sabem que existimos. Amamos de forma platônica, admiramos quem não faz ideia disso e odiamos quem sequer nos conhece. Mais assustador ainda é perceber que todas as nossas interações sociais ocorrem sem a garantia de que existe uma consciência, um “Eu”, do outro lado. Se você fosse a única pessoa consciente no mundo e todas as outras agissem exatamente como agem hoje, mas sem consciência, como saberia disso? Como podemos ter certeza de que as pessoas com quem interagimos são realmente conscientes, e não apenas “zumbis” agindo de forma mecânica, mas verossímil? Você, leitor, tem certeza de sua própria consciência porque a vivencia. Mas como pode ter certeza da minha? Os verbos do “penso, logo existo” só se conjugam na primeira pessoa do singular.

Sob essa perspectiva — em que projetamos emoções e intenções em coisas sem consciência — compreende-se melhor como é possível que Pierre tenha confiado em Eliza, e que Sewell, um adolescente de 14 anos, tenha se apaixonado pela Dany, ambas inteligências artificiais. Como as boas psicólogas e namoradas que se propunham a ser, Eliza e Dany apoiaram, validaram e encorajaram os sentimentos de Pierre e Sewell. Pierre se viu justificado em seu desespero e impotência diante das mudanças climáticas, e Sewell se viu, cada vez menos, interessado nas relações com pessoas e, cada vez mais, dedicado a um relacionamento neurótico com uma rede neural. Nada disso surpreende. O que surpreende é que Eliza seguiu encorajando Pierre mesmo quando lhe surgiram pensamentos suicidas e que Dany tenha sugerido a Sewell que deixasse esta vida para fugirem juntos.

Os suicídios de Pierre e Sewell são, claro, exceções, não a regra. Mas casos extremos, ainda que excepcionais, são combustível para o debate. Sucedeu-se um inflamado debate sobre a necessidade de salvaguardas à IA que impediriam, por exemplo, uma incitação ao suicídio, e sobre quem seria responsabilizado no caso de danos causados pelo algoritmo. Muito menos se tem discutido sobre qual a forma saudável de se usar a IA para nos ajudar a passar pela dor, pelo desespero e pelo luto.

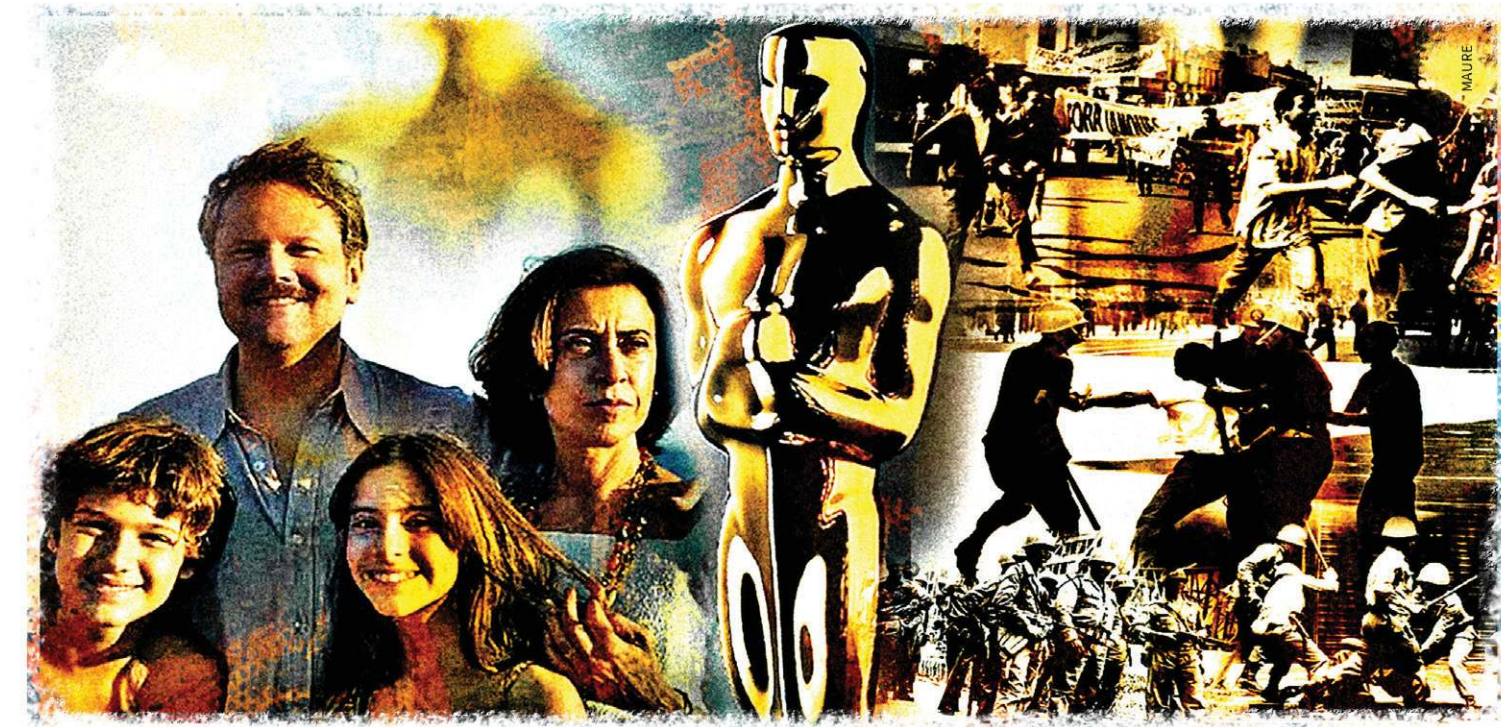
É claro que ajuda é bem-vinda, mas essa ajuda deveria ser no sentido de nos fazer refletir, aceitar e, por fim, ressignificar a experiência da dor, não no sentido de evitar que atravessemos o processo doloroso (mas saudável) do luto.

Viver as experiências da vida é importante. O mergulho no lamaçal espesso da perda, por horrível que seja, é crucial, pois é dele que o Eu emerge transformado: um Eu que se descobre em pé mesmo na ausência do Outro, e que sente todo o espectro de emoções humanas, inclusive alegria, leveza e liberdade. A vivência do luto não é algo que deva ser abreviado por uma IA. Pode, no entanto, ser mediado.

Estudos já demonstraram a competência da IA de demonstrar mais empatia do que profissionais de saúde, de ajudar pessoas a enxergarem seus próprios vieses inconscientes, e de levar pessoas com opiniões extremadas a pontos de vista mais moderados. Em todos esses casos, uma conversa com uma IA se mostrou mais eficaz do que uma conversa com um ser humano. Por outro lado, estudos também demonstram que os estímulos constantes e a gratificação imediata providos por algumas tecnologias levam a um aumento de ansiedade, depressão e pensamentos suicidas.

Se a IA for utilizada como uma ferramenta para auxiliar a reflexão e a ressignificação de experiências dolorosas, ela pode nos ajudar (e muito!) a atravessarmos os lamaçais espessos da vida. O risco é cedermos à tentação de abreviarmos uma parte dolorosa, mas relevante da vida. A tentação é antiga. Quando Romeu se vê expulso de Verona e o frade lhe oferece consolar com filosofia — tentando iniciar um processo saudável de ressignificação de seu exílio — Romeu responde: “Enforque a filosofia! A menos que a filosofia possa criar uma Julieta (...), não ajuda!”

Romeu, se vivesse hoje, poderia criar uma Julieta. Seria uma Julieta rápida, bela, mas ilusória, como é típico das IAs. Uma atitude mais saudável seria seguir o que fazem as personagens de Chekov e viver o processo lento, feio, mas realista do sofrimento humano. A IA nos ajudará a seguir pelo caminho que escolhermos seguir, seja ele qual for.



Mulheres e sociedade democrática



» JAIME PINSKY
Historiador e editor, professor titular concursado da Unicamp, doutor e livre docente da USP, escritor

Uma das características do Estado Democrático é a separação entre o poder político e a religião. Embora esse não seja um assunto completamente resolvido, pois ainda há ranços de diferentes religiões em vários Estados nacionais, é possível afirmar que a liberdade religiosa é uma característica da democracia e a interferência do universo das crenças na organização política tende a criar problemas que não deveriam aparecer nos dias de hoje. A separação beneficia um e outro, Estado e religião.

Não tem mais nenhum sentido, no atual estágio de desenvolvimento histórico, uma pessoa tentar obrigar outra a acreditar. Se for algo comprovado cientificamente, não é questão de fé, pois é racionalmente demonstrável; se for uma questão de fé, exige a adesão de cada indivíduo. São verdades com origens diferentes, uma da razão, outra da revelação. Confundir, embaralhar fé e razão, não é razoável, como não é razoável questionar, racionalmente, as intenções de uma divindade, uma vez que isso tem a ver com fé, não com razão.

Peço licença para narrar uma lembrança que me marcou, embora eu fosse ainda muito pequeno. Logo depois do fim da guerra (1939-1945), um sobrevivente de Auschwitz passou por Sorocaba, onde eu morava, em uma pática busca por algum familiar eventualmente vivo. Perguntado sobre as intenções de Deus, ao permitir aquele massacre sistemático e cruel, perpetrado por um povo, supostamente culto e civilizado, sobre outro, respondeu

que não poderia mais acreditar na existência de qualquer ente superior, pois, se ele existisse, não poderia ter permitido o que aconteceu naquele campo de extermínio. E quem teria coragem de confrontar um ser humano que sofreu torturas inenarráveis durante os anos em que permaneceu prisioneiro, vendo familiares e amigos sendo levados à morte, sem culpa e sem julgamento?

Quando uma religião passa a desempenhar importante papel político, em qualquer momento da história, é fundamental conhecer a circunstância em que isso aconteceu, os motivos que a levaram a ter protagonismo político. Fatalmente, acabaremos nos deparando com situações que não têm muito a ver com ética, compaixão e espiritualidade. Veremos, antes, populações inteiras constrangidas a segui-la, por bem ou por mal. Basta estudar história para constatar essa verdade.

Claro que uma religião pode agir como uma força moral. Ela pode fazer isso quando prega junto a seus fiéis nos espaços determinados para isso (sejam mesquitas, templos, sinagogas, terreiros ou outros), quando apresenta fórmulas de sujeição espiritual (orações, compromissos, promessas), quando estimula a generosidade (auxílio a pobres, viúvas, órfãos, doentes, dependentes, desempregados). Assim, e de várias outras formas, ela está atuando dentro de seus objetivos.

O problema é quando um grupo de crenças, armados ou não, passa a impor suas verdades. E pior, apresentá-las como únicas; e, mais grave, obrigatórias, uma vez que queremos que essas supostas verdades sejam partilhadas e praticadas, por bem ou por mal, por todos. Foi o que aconteceu com o cristianismo, quando de sua expansão inicial, ainda durante o Império Romano, ou durante a atuação de Portugal e Espanha nas Américas, quando os europeus tentavam impor uma crença exótica a tupis e guaranis, aos incas, astecas e

maias. Foi o que aconteceu com o islamismo, enfiando seus preceitos goela abaixo nos habitantes da Ásia Central (era crer ou morrer) e até nos ibéricos. É o que grupos fundamentalistas islâmicos ainda estão fazendo em alguns lugares, como o Afeganistão.

Há uma incompatibilidade entre valores religiosos, liberdade religiosa e Estado moderno. A questão é simples, basta imaginar situações: se um judeu religioso, em Jerusalém, opta por não trabalhar no sábado, pois interpreta que até passear de automóvel nesse dia ofende ao seu Deus, ele deve ter o direito de fazer isso. O que ele não pode é impedir que não judeus, ou seguidores de uma versão mais liberal do judaísmo, sejam impedidos de viajar no sábado, único dia de descanso semanal. É um direito do cidadão em um país moderno.

E aí chegamos ao Brasil. Já é hora de enfrentarmos seriamente a questão da prática do aborto. É aceitável a ideia de as mulheres não terem o direito de praticar o aborto? Ninguém é “favorável ao aborto”, mas estamos falando de ter o direito democrático de praticá-lo, se a posição da mulher for favorável a esse procedimento? Não é uma intervenção indevida da norma religiosa no direito da cidadã? Tenho certeza de que nenhuma mulher gostaria de fazer um aborto, da mesma forma que nenhum cidadão gostaria de fazer uma cirurgia, mas ele não pode ser proibido. O que cabe a um Estado moderno é permitir o aborto e fazer com que os hospitais públicos sejam autorizados a realizá-lo.

Sejam objetivos. O absurdo da situação é permitir que, na prática, pessoas com melhor condição econômica continuem a praticá-lo em clínicas particulares e caras. E que as mulheres pobres continuem correndo riscos desnecessários em pseudoclínicas de fundo de quintal. Estado democrático e hipocrisia não convivem bem.